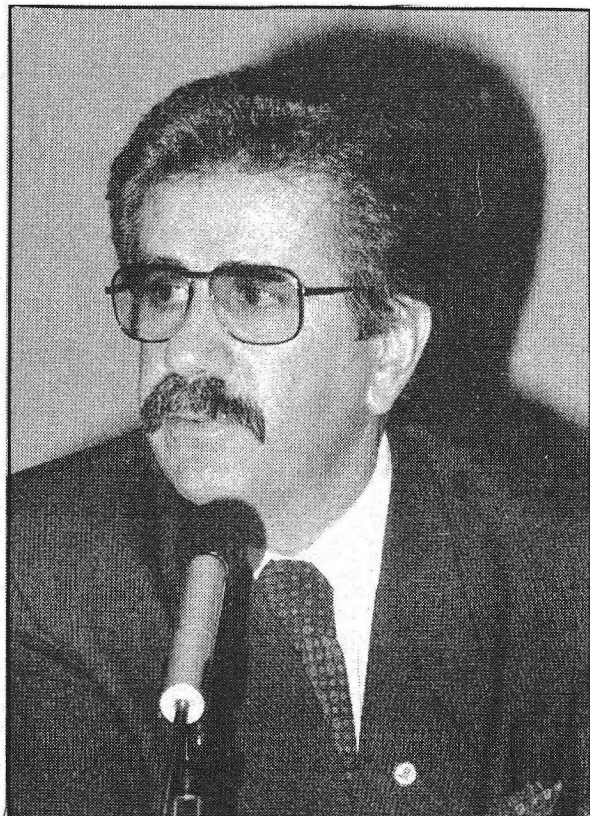




Fiúza: autorizado pela comissão a alterar Orçamento



Tinoco: indicado por Fiúza para explicar Orçamento

Alegações: tumulto e pouco tempo

BRASÍLIA — A pedido do ministro Ricardo Fiúza, o diretor do Departamento de Orçamento da União no ano passado, José Carlos dos Santos, e o deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), que no período após a aprovação em plenário funcionou como um sub-relator informal, justificaram as mudanças no texto aprovado pelo Congresso. Santos e Tinoco admitiram que não utilizaram o processo correto para preparar o texto final do Orçamento, mas alegaram que o processo foi tumultuado e o tempo exíguo.

— O correto seria que tudo que foi modificado tivesse sido votado na Comissão e no plenário do Congresso. Mas não houve tempo para isso — admite Tinoco, deixando claro, portanto, que alteraram texto já aprovado pelo Congresso Nacional, sem ter autorização para isso.

Perguntado por que não hou-

ve prorrogação da sessão legislativa para que o Orçamento fosse votado da forma que considera adequada, Tinoco respondeu:

— Ninguém mais queria ficar em Brasília. Todos marcaram seus compromissos para depois do dia 15 de dezembro, quando começa o recesso.

O deputado explica que após a votação no dia 19, os parlamentares procuravam Fiúza no Centro de Processamento de Dados do Senado, onde era formatado o Orçamento, fazendo dois tipos de pedidos: quem não tinha destacado para votação posterior sua emenda anteriormente rejeitada pedia o desdobramento de emenda aprovada com maior valor para atender a vários municípios. Quem tinha separado emenda rejeitada para votação posterior, ou seja, feito destaque, pedia que Fiúza modificasse seu parecer e aprovasse a emenda.

Neste caso, os recursos saíam de reserva técnica, segundo Tinoco, preparada justamente para atender a esses pedidos. Da decisão de alterar o Orçamento, só participaram dois deputados: Fiúza e Tinoco:

— Ele aprovava e eu rubricava. Como Fiúza não tinha muita experiência em Orçamento, o trabalho de fonte de recursos era comigo, que fui relator.

Tinoco justifica essa sistemática baseado no pouco tempo que Fiúza teve para examinar os relatórios parciais, o que não lhe permitia apreciar os destaques antes da votação final no plenário no dia 19 de dezembro. Segundo ele, foram apenas quatro dias entre a entrega do último relatório parcial e o prazo final para a votação:

— A comissão deu esses poderes ao relator para efetuar modificações no Orçamento.